

**Cidade-ruína, cidade-cristal: problematização do Antropoceno
pela cidade submersa de Cabeço (Brasil) e pela cidade
reemersa de Epecuén (Argentina)**

*Ciudad en ruinas, ciudad de cristal: problematización del
Antropoceno a través de la ciudad sumergida de Cabeço (Brasil) y
la ciudad resurgida de Epecuén (Argentina)*

E4_01- Rastros e Traços

Carolina Guida Teixeira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil
carolguidax@gmail.com

Ricardo Trevisan

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil
trevisan@unb.br

Resumo: Entre 1987 e 1994, a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó alterou drasticamente a paisagem do Rio São Francisco (Região Nordeste, Brasil), resultando na submersão da cidade de Canindé do São Francisco (estado de Sergipe) e na realocação de sua população. Um dano causado pela UHE não previsto, todavia, foi a redução da vazão do rio, que comprometeu o transporte de sedimentos, facilitando a invasão das águas salgadas do Oceano Atlântico, levando ao desaparecimento da comunidade de Cabeço, na foz do Rio, em 1990. De forma análoga, a Vila Epecuén, na Argentina, foi engolida pelas águas hipersalinas do Lago Epecuén. Em 1985, o nível do Lago Epecuén aumentou pelo excesso de chuvas mas, sobretudo, por irregularidades na construção de um canal que drenava águas de outras bacias para o Sistema de Lagunas Encadenadas, onde se situava Epecuén, ponto mais baixo do sistema. Com isso, o talude que protegia a vila de inundações rompeu-se, submergindo a cidade. Trinta anos depois, o recuo das águas revelou suas ruínas, agora cobertas por cristais de sal, transformando o lugar em um testemunho material do passado petrificado no presente. Tais processos de desaparecimento e reemergência revelam a interação entre ação humana, natureza e memória. Com base na teoria do *ritornelo* de Deleuze e das *paisagens multiespécies* de Anna Tsing, o artigo investiga a cidade submersa de Cabeço e a cidade reemersa de Epecuén como ruínas do Antropoceno ou como cristais do tempo, tensionando as fronteiras entre natureza e cultura. Ao adotar uma abordagem transdisciplinar, o estudo

propõe um diálogo entre história urbana, ecologia e antropologia, considerando os impactos do progresso nas disputas territoriais, evidenciando a paradoxialidade do tempo e os modos pelos quais a materialidade das ruínas desafia narrativas hegemônicas sobre desenvolvimento e a modernização.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica de Xingó; Cabeço; Vila Epecuén; Paisagens multiespécies; Cristais do tempo; Ritornelo.

Resumen: Entre 1987 y 1994, la construcción de la central hidroeléctrica de Xingó alteró drásticamente el paisaje del río São Francisco (región noreste de Brasil), lo que provocó la inundación de la ciudad de Canindé do São Francisco (estado de Sergipe) y el traslado de su población. Sin embargo, un daño no previsto causado por la central hidroeléctrica fue la reducción del caudal del río, lo que comprometió el transporte de sedimentos y facilitó la invasión de las aguas saladas del océano Atlántico, lo que provocó la desaparición de la comunidad de Cabeço, en la desembocadura del río, en 1990. De manera similar, la villa de Epecuén, en Argentina, fue engullida por las aguas hipersalinas del lago Epecuén. En 1985, el nivel del lago Epecuén aumentó debido al exceso de lluvias, pero sobre todo por irregularidades en la construcción de un canal que drenaba las aguas de otras cuencas hacia el sistema de lagunas encadenadas, donde se encontraba Epecuén, el punto más bajo del sistema. Como consecuencia, el talud que protegía al pueblo de las inundaciones se rompió, sumergiendo la ciudad. Treinta años después, el retroceso de las aguas reveló sus ruinas, ahora cubiertas de cristales de sal, transformando el lugar en un testimonio material del pasado petrificado en el presente. Estos procesos de desaparición y resurgimiento revelan la interacción entre la acción humana, la naturaleza y la memoria. Basándose en la teoría del ritornello de Deleuze y los paisajes multiespecie de Anna Tsing, el artículo investiga la ciudad sumergida de Cabeço y la ciudad resurgida de Epecuén como ruinas del Antropoceno o como cristales del tiempo, tensando las fronteras entre naturaleza y cultura. Al adoptar un enfoque transdisciplinario, el estudio propone un diálogo entre la historia urbana, la ecología y la antropología, considerando los impactos del progreso en las disputas territoriales, evidenciando la paradoja del tiempo y las formas en que la materialidad de las ruinas desafía las narrativas hegemónicas sobre el desarrollo y la modernización.

Palabras-clave: Central Hidroeléctrica de Xingó; Cabeço; Villa Epecuén; Paisajes multiespecíficos; Cristales del tiempo; Ritornelo.

Introdução

Sob o signo do Antropoceno, ou Capitaloceno¹, a antiga distinção entre o tempo humano — a história das civilizações, das guerras e das economias — e os ciclos da Terra dilui-se irrevogavelmente. Inaugura-se, assim, o que Dipesh Chakrabarty (2021, p. 89) diagnostica como um “regime de historicidade planetário”. Tal regime não é apenas uma nova etapa cronológica, mas uma reconfiguração na atribuição de sentido ao passado, presente e futuro, uma vez que o colapso ambiental precipitou a convergência forçosa entre a escala efêmera das ações humanas e a escala profunda dos ciclos terrestres. Se antes a natureza figurava como um palco estático sobre o qual a história humana se desenrolava, hoje esse cenário ganhou agência, contorcendo-se e reagindo às intervenções antrópicas.

Esse novo cenário ganhou contornos com a Grande Aceleração do século XX, quando o imediatismo desenvolvimentista, ao estabelecer uma velocidade *artificial* de produção e consumo, violentou os ciclos planetários e suprimiu a autonomia dos ritmos biofísicos. Nesse contexto, o substrato geológico – outrora percebido como pano de fundo inerte – desperta de sua passividade e passa a se *mover* (Latour, 2020), contestando a estabilidade da “longa duração” braudeliana (2013 p. 25-26), que supunha a terra imune à “mordedura do tempo” imediato. Hoje, a montanha, o rio e o oceano movem-se na velocidade da história política, e a política, por sua vez, vê-se paralisada diante da magnitude das forças que desencadeou.

Como consequência dessa agitação, forças sedimentares e climáticas irrompem na vida social, tornando a própria história “mortal” (Turin, 2022, p. 14). Diante desse colapso das fronteiras entre natureza e cultura, a humanidade passa a habitar uma trama onde decisões imediatas – a construção de uma barragem, o desvio de um curso d’água, a emissão de poluentes – desencadeiam reverberações milenares, extrapolando os limites da cronologia histórica tradicional e adentrando o tempo *profundo*. Viver sob essa condição, entretanto, não é apenas testemunhar o esgotamento dessa marcha linear do progresso, mas habitar a indeterminação que resta. É a experiência vertiginosa de um tempo sem garantias, onde o futuro deixa de ser uma certeza em ascensão – uma promessa de melhoria contínua – para se confrontar com a fragilidade das condições biológicas que o sustentam.

É nas frestas dessa aceleração devastadora que eclodem as “emergências” descritas pela antropóloga Anna Tsing (2019, p. 23). Tais emergências são gestadas em ecossistemas antropogênicos que, ao crescerem sobre as ruínas do capitalismo industrial, desafiam o relógio da modernidade e convidam a colaborações interespecíficas imprevistas. Não se trata do surgimento de santuários intocados pelo humano – o “supremo invasor daninho” (Tsing, 2019, p. 23) –, mas de locais ressignificados, “campos de ativos abandonados” (Tsing, 2019, p. 7) onde a vida insiste em brotar sobre a devastação. Compelido a procurar *vida* nas ruínas dessa história que se tornou

¹ O Capitaloceno surge como uma interpretação crítica ao conceito de Antropoceno – a era geológica que sucede ao Holoceno, período de relativa estabilidade climática, e que é definida pelo momento em que as atividades humanas se tornaram a principal força de transformação do planeta, alterando sistemas climáticos, biológicos e geológicos a ponto de ameaçar a estabilidade da biosfera. Sua tese central é que as causas das profundas modificações planetárias não devem ser atribuídas à “humanidade como um todo unificado”, mas sim à “marcha obstinada e destrutiva do capitalismo nos últimos cinco séculos” (Coltro; Borinelli, 2018, p. 158). O conceito sublinha a distribuição desigual da responsabilidade pela crise ambiental, concentrada entre os mais abastados, enquanto os menos favorecidos sofrem seus efeitos de forma mais drástica.

mortal, esse artigo volta-se para as paisagens de Vila Epecuén, na Argentina e Cabeço, no Brasil. São territórios onde o tempo não cessou, mas mudou de *estado*.

Na dissonância temporal dessas localidades, submersas por uma engenharia hidráulica prometeica, o sal orquestra o que denominaremos de *dialética material do tempo*. Nas duas margens dessa crise sul-americana, o mesmo agente químico – o sal – dita desfechos antagônicos. Em Epecuén, o rompimento do aterro em 1985 submergiu a cidade em águas hipersalinas de uma bacia endorreica; três décadas depois, o recuo das águas revelou não apenas escombros, mas uma paisagem *petrificada*. Ali, o sal atuou como cristalizador da memória, instaurando um tempo suspenso: ao mumificar árvores e edificações sob camadas de cristais, ele impediu a decomposição biológica, convertendo o passado em um monumento material persistente, um presente fossilizado em meio à catástrofe.

Já em Cabeço, na foz do Rio São Francisco, a dinâmica temporal se inverteu. A operação da UHE Xingó, consolidada em 1994, reduziu a vazão fluvial e a carga de sedimentos, franqueando a passagem para a intrusão salina do Oceano Atlântico. Nesse contexto, o sal agiu como solvente do esquecimento, instaurando um tempo acelerado: a salinidade e a erosão corroeram a estrutura do solo e das casas, desagregando a comunidade até apagá-la da cartografia. Aqui, o Antropoceno não preserva; ele liquida. Resta apenas o farol isolado, inclinado sobre as ondas, como testemunha de um território cujo tempo foi abreviado pelo avanço das águas.

Articulando a teoria da imagem-cristal (Deleuze; Bergson), a dinâmica do ritornelo (Deleuze; Guattari) e a perspectiva das paisagens multiespécies (Tsing), este artigo examina Epecuén e Cabeço como *cristais do tempo* que desafiam a dicotomia natureza-cultura. Sustenta-se que as duas localidades manifestam destinos temporais opostos: enquanto Epecuén materializa a ruína cristalizada – um passado petrificado no presente –, Cabeço constitui a ruína dissolvida, um pretérito apagado pela *reterritorialização* oceânica. Para perscrutar tal dialética, o artigo organiza-se em quatro movimentos. O primeiro estabelece a base espacial, vinculando a noção de paisagem multiespécie (Tsing) ao conceito de ritornelo (Deleuze; Guattari), para compreender a fundação e a dissolução dos territórios de Epecuén e Cabeço como disputas entre ritmos humanos e forças geofísicas. O segundo movimento mergulha na ontologia do tempo, mobilizando a teoria da memória e da imagem-cristal (Bergson; Deleuze) para fornecer o arcabouço que permite ler a ruína como uma matéria onde passado e presente coexistem. Munida dessa base spatiotemporal, a terceira seção detém-se sobre o caso de Epecuén, analisando como a matéria salina promove a cristalização da memória através dos quatro estados do cristal deleuziano. Por contraste, a seção subsequente debruça-se sobre Cabeço, onde a *agência da ausência* e a intrusão marinha configuram uma ruína dissolvida, um anti-cristal. Por fim, a conclusão expande a discussão para o contexto do Antropoceno — ou Capitaloceno —, interpretando essas catástrofes não como acidentes, mas como sintomas de um urbanicídio sistêmico, encerrando com uma reflexão sobre a dualidade do sal.

Da Paisagem Multiespécie ao Ritornelo: A Organização do Caos

A fim de compreender essa agência material nas ruínas, recorre-se, inicialmente, ao pensamento de Anna Tsing (2019). Sua abordagem é um convite ao abandono da visão da natureza como um cenário inerte, operando o que a autora define como descrição crítica, ou seja, o entrelaçamento das interações entre os seres humanos e outras espécies – “encontros relacionais entre as diferenças” (Tsing, 2019, p. 199) – transformando a paisagem em uma protagonista ativa. Nesse sentido, a paisagem é historicizada não apenas pelas datas dos grandes eventos humanos, mas por

meio de *perturbações* – desdobramentos que, embora muitas vezes desencadeados pela ação humana, ganham autonomia por meio de agentes biológicos e geológicos imprevisíveis.

Assim, a história deixa de ser um monólogo antropológico para se tornar um registro polifônico de *coordenações multiespécies* (Tsing, 2019, p. 101), onde rastros de diversos organismos se entrecruzam para garantir – ou ameaçar – a habitabilidade do território. Segundo a autora, as paisagens são cocriadas por uma miríade de agentes, humanos e não-humanos, em processos de colaboração (Tsing, 2019, p. 45) e contaminação (Tsing, 2019, p. 6) involuntária. O projeto moderno, por sua vez, tenta instituir a lógica de escalabilidade, buscando assepsizar e simplificar tais espaços para excluir a interferência de outros agentes que não sirvam ao propósito produtivo. Para Tsing (2019, p. 175), a escala tornou-se um verbo que exige precisão: escalar significa a “capacidade de expandir – expandir e expandir – sem repensar os elementos básicos”. Celebrada como um triunfo desenvolvimento e na “conquista” da natureza, essa lógica funciona pela replicação de modelos universais – a cidade perfeita, a barragem eficiente – sobre realidades múltiplas e complexas. Todavia, ao ignorar a vitalidade dos elementos locais, a escalabilidade “se espalha – e ainda é constantemente abandonada, deixando ruínas” (Tsing, 2019, p. 175) quando a *indisciplina* dos agentes não-humanos subverte a simplificação projetada.

Sob o impulso da insubmissão da matéria, delineia-se o destino de nossos estudos de caso, nos quais a desestabilização da ordem planejada assume contornos próprios. Em Epecuén, o agente não-humano preponderante que rompe o plano turístico é o sal mineral da lagoa. Ele não apenas destrói a infraestrutura hoteleira; ele a esculpe, preserva e mineraliza, erigindo-se como o artífice atemporal da ruína. Já em Cabeço, a agência é definida por uma ausência: a falta de sedimentos, barrados quilômetros rio acima pela hidrelétrica, franqueia o espaço para a intrusão das águas salinas do Atlântico. Essa intrusão, contudo, não é somente um ato de destruição sísica; é uma tomada de posse. Ao avançarem sobre o planejamento humano, as forças naturais reivindicam o lugar para si, estabelecendo uma nova ordem territorial.

Para entender essa disputa pela soberania do espaço, recorremos a Deleuze e Guattari (1997) e ao conceito de ritornelo. Além do consenso interdisciplinar que define o território apenas como apropriação ou relação de poder (Haesbaert, 2004; Raffestin, 1993), os filósofos o elevam a uma dimensão expressiva e existencial. O ritornelo é, então, o gesto de marcar o território – seja ele executado por um animal, uma sociedade humana ou uma pela frequência de uma maré –, traçando um círculo protetor contra o caos e instaurando um ritmo que torna o mundo *habitável*. Nesse sentido, o território não é apenas uma área física, mas uma “casa”, um fundamento que a força carrega consigo:

O ritornelo é territorial, é um agenciamento territorial (...) O canto dos pássaros marca seu território, o ritornelo pode ganhar outras funções, amorosa, profissional ou social, litúrgica ou cósmica: ele sempre leva terra consigo, ele tem como concomitante uma terra, mesmo que espiritual, ele está em relação essencial com um natal, um nativo. (Deleuze; Guattari, 1996, p. 124)

O território, portanto, não é um palco preexistente, mas um ato *territorializante* que afeta os meios e os ritmos (Deleuze; Guattari, 1997, p. 139) – processo que se atualiza na gênese de Epecuén como balneário ou de Cabeço como vila de pescadores. Em ambos os casos, a fundação urbana converteu o que Deleuze e Guattari chamam de agenciamentos “maquínicos” de corpos (1997, p. 128) – entendidos aqui como a materialidade física da hidrologia do lago e da vazão do rio – em “agenciamentos coletivos de enunciação” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 45). Isto é, o ato

fundacional revestiu essa matéria bruta e natural de significados sociais, criando as narrativas humanas da *cidade turística* e da *comunidade ribeirinha tradicional*. Criar essas cidades foi um esforço de tornar o meio *expressivo*, ou seja, de organizar a desordem (o lago selvagem, a foz instável) em um espaço habitável e familiar, onde a repetição das rotinas funcionava como um círculo protetor, estabelecendo um limite seguro entre a ordem humana e a imprevisibilidade das forças naturais. O território, portanto, torna-se sinônimo de "apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma" (Guattari; Rolnik, 1986, p. 323), um *ter um lar* que transforma o caos externo em um sistema de vida estabilizado e funcional.

Entretanto, Deleuze e Guattari nos alertam que todo território é inerentemente instável, ou um "território de passagem", em contínua territorialização e reterritorialização (Monteiro; Borges; Guedes, 2018, p. 15). Isso ocorre porque a mesma força do caos que foi organizada para criar o território continua pulsando em suas bordas, gerando pressões — ou "vetores de desterritorialização" (Deleuze; Guattari, 1997, p. 129) — que ameaçam desfazer a ordem estabelecida. A catástrofe — seja o rompimento do dique ou a erosão costeira — é a deflagração violenta desses vetores; é a força do caos que se abre, engaja-se em linhas de fuga até sair de seu curso (Guattari; Rolnik, 1986, p. 323), provocando a quebra do ritmo social e a dissolução do ritornelo humano. No entanto, o processo não termina na destruição, pois a desterritorialização nunca ocorre sozinha. Conforme o terceiro teorema da desterritorialização, aquilo que é "menos desterritorializado" tende a se reterritorializar sobre o que foi "mais desterritorializado" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 41). Em outras palavras, a força mais antiga e estável (a natureza, o mar, o sal) captura e absorve — reterritorializa em outra parte — a estrutura que se tornou frágil e perdeu sua função (a cidade arruinada).

É essa a dinâmica observada nas ruínas: a estrutura humana, violentamente arrancada de sua função original (desterritorialização absoluta), torna-se o suporte para uma nova posse. Ocorre então uma reterritorialização, mas não pelos humanos. O sal reterritorializa Epecuén, convertendo-a em uma paisagem fantasmagórica; o mar reterritorializa Cabeço, anexando-o ao domínio oceânico. O território não desaparece, ele muda de dono e de ritmo. E é nesse ponto que a análise espacial do ritornelo deve ceder lugar a uma análise temporal: quando o ritmo da vida humana cessa e a matéria mineral toma conta, a ruína deixa de ser apenas um espaço perdido para se tornar um *cristal do tempo*, onde o passado não passa, mas se acumula e se refrata em uma duração petrificada ou dissolvida.

Epecuén: A Ruína Reemersa e a Agência do Sal

Cristais não apenas de água e sal, mas também de espaço e tempo: minúsculas estruturas de sódio que, ao encaparem da cidade, encapsularam o passado no presente. Estes prismas — ou cristais do tempo — serão aqui interpretados como *imagens-cristal*,² através das quais se tornam visíveis os estratos do tempo e da subjetividade. Ao dissolverem fronteiras espaço-temporais — diluindo o que separa a ruína da reconstrução, o passado do presente —, os cristais salgados de Epecuén

² A escolha do termo "imagem" para estes conceitos fundamenta-se na premissa de Henri Bergson, apresentada em *Matéria e Memória* (1896), para quem a realidade é um "conjunto de imagens" (Bergson, 1999, p. 1). Nessa concepção, a imagem não é uma representação, mas a própria matéria em contínua interação; um plano universal onde "todas essas imagens agem e reagem umas sobre as outras em todas as suas partes elementares" (Bergson, 1999, p. 11). Gilles Deleuze transpõe essa ontologia para o cinema, tratando-o como um meio para capturar e organizar essas imagens-matéria.

recobrem a cidade com uma tessitura sensível entre o que foi (o *virtual*)³ e o que é (a percepção atual). O que se deflagra nessa trama é a sobreposição de camadas de tempo, onde este se manifesta como uma “sucessão de estados, em que cada um anuncia aquele que o segue e contém o que precedeu” (Bergson, 1974, p. 22). Nesse tempo espesso – em que o passado reverbera no presente como eco e o espaço, saturado de memória, torna-se superfície de inscrição afetiva –, emergem as chamadas imagens-cristal.

A noção de imagem-cristal foi desenvolvida pelo filósofo francês Gilles Deleuze (1925-1995) no quarto capítulo de sua obra *Cinema II: A Imagem-Tempo* (1985). A teoria baseia-se na filosofia da memória de Henri Bergson (1859-1941) – desenvolvida principalmente em seu livro “Matéria e Memória” (1896) a partir do conceito de *duração*⁴ –, e propõe uma abordagem subjetiva do tempo a partir da coexistência entre passado e presente. Embora Deleuze explore essa ideia em *Bergsonismo* (1966), é em *Cinema II: A Imagem-Tempo* (1985) que ele a transfigura na imagem-tempo⁵ cristalina. O prisma do tempo, segundo o autor, representa um meio de apreensão do processo contínuo de desdobramento entre o passado e o presente. Nele, os dois tempos se refratam mutuamente até o ponto da indiscernibilidade – subvertendo, assim, a noção cronológica do tempo.

A visão não cronológica do tempo pode ser contraintuitiva, uma vez que a progressão causal e linear do tempo se tornou predominante. Nessa perspectiva hegemônica, o tempo é imaginado como uma longa linha que se estende do passado em direção ao futuro, composta por uma sucessão de instantes e ancorada no único ponto considerado *real*: o presente. O passado, uma vez decorrido, pode ser rememorado e analisado; no entanto, é visto como uma realidade extinta. O mesmo se aplica ao futuro: embora seja possível projetá-lo, sob esse modelo, o futuro ainda não existe – apenas o momento presente.

A teoria de Bergson (1896) sobre a interação entre o passado e o presente, assim, diverge da visão linear do tempo. Para o filósofo, o passado não é um marco distante nem simplesmente o instante imediatamente anterior ao presente dentro de uma linha temporal contínua. Em contraste, Bergson defende que o passado continua a existir no presente. Nessa perspectiva, o presente é, ao mesmo

³ Conceito a ser aprofundado a seguir, o “virtual”, ou a “lembrança pura”, refere-se a dimensão do passado que se conserva integralmente e coincide com o presente, com o atual. Diferencia-se de uma recordação consciente, atuando como uma realidade *inativa* que informa e condiciona a percepção atual (Deleuze, 1999).

⁴ A duração (*durée*), também a ser detalhado posteriormente, designa o tempo real, vivido como um fluxo contínuo e qualitativo, que se distingue do tempo espacializado e fragmentado do relógio.

⁵ A distinção entre imagem-tempo e imagem-movimento fundamenta a taxonomia cinematográfica deleuziana, detalhada nos dois volumes de sua obra *Cinema: Cinema I: A Imagem-Movimento* (1983) e *Cinema II: A Imagem-Tempo* (1985). A imagem-movimento define o regime do cinema clássico (pré-Segunda Guerra), no qual a imagem está subordinada à ação e a uma narrativa linear, regida pelo que Deleuze chama de esquema sensório-motor, onde um personagem percebe uma situação (polo sensorial) e reage a ela (polo motor). O tempo, nesse modelo, é uma consequência indireta do movimento e da causalidade, funcionando como o “intervalo” entre a ação e a reação. Contudo, essa lógica entra em colapso com a crise do pós-guerra. Quando o elo sensório-motor se rompe, o personagem não sabe mais como reagir ao que vê, tornando-se um “vidente” (Deleuze, 1990). É dessa ruptura que surge a imagem-tempo, característica do cinema moderno, que emancipa o tempo da ação para apresentá-lo diretamente – através do “movimento aberrante do tempo” – o qual, por carecer de centros de referência estáveis, materializa-se em técnicas como os falsos *raccords* (descontinuidades propositais), a desproporção de escalas ou a dissociação entre som e imagem. O resultado é a subversão da cronologia. Ao impedir que o tempo seja simplesmente medido pelo movimento, o “movimento aberrante” permite que ele se revele em sua dimensão pura, como uma força que contém o antes e o depois persistindo na própria imagem. A imagem-tempo, portanto, não representa o tempo, ela o apresenta diretamente.

tempo, aquilo que é e aquilo que já foi, esgotando-se no instante mesmo em que acontece, precisamente para que um novo presente possa emergir.

É nesse entrecruzamento, do presente com o passado que ele contém, que se configura a imagem-cristal de Deleuze: simultaneamente, presente e passada, “ainda presente e já passada” (Deleuze, 1990, p. 99). Não se trata, portanto, de uma sucessão entre presente e passado, mas de uma convivência indissociável entre ambos:

O que constitui a imagem-cristal é a operação mais fundamental do tempo: já que o passado não se constitui depois do presente que ele foi, mas ao mesmo tempo, é preciso que o tempo se desdobre a cada instante em presente e passado, que por natureza se diferem um do outro, ou, o que dá no mesmo, desdobre o presente em duas direções heterogêneas, uma se lançando em direção do futuro e a outra caindo no passado. É preciso que o tempo se cinda ao mesmo tempo em que se afirma ou desenrola: ele se cinda em dois jatos dissimétricos, um, fazendo passar todo presente, e o outro, conservando todo passado. O tempo consiste nessa cisão, é ela, é ele que se vê no cristal. A imagem-cristal não é o tempo, mas vemos o tempo no cristal. Vemos a perpétua fundação do tempo, o tempo não cronológico dentro do cristal, Cronos e não Chronos. É a poderosa Vida não-orgânica que encerra o mundo. (Deleuze, 1990, p. 102).

O cristal, então, não funciona como reflexo do tempo, mas, sobretudo, como uma matriz originária de uma narrativa não orgânica, que rompe com a sucessão cronológica de presentes. Em seu cerne, cada instante aparece dividido por um duplo movimento: de um lado, o presente que se esvai; de outro, o passado que se mantém. Tal bifurcação perpétua, visível no cristal, funda a própria estrutura do tempo, na qual o presente deixa de atuar como um ponto de partida fixo para se tornar uma zona instável e fugaz, tensionada entre um fluxo que avança e outro que se acumula. O cristal, portanto, “vive sempre no limite, [pois] ele próprio é o limite fugidio entre o passado imediato que já não é mais e o futuro imediato que ainda não é [...], espelho móvel que reflete sem descanso a percepção em lembrança” (Deleuze, 1990, p. 103).

Isso significa que a lembrança – ou o passado – não é um registro psicológico que ocorre *após* a experiência imediata da percepção; ela é um componente ontológico do próprio tempo, constituindo-se *simultaneamente* ao agora. É como se, paradoxalmente, o presente já nascesse como recordação. A experiência do *déjà vu* (paramnésia) torna essa estrutura perceptível: a sensação de familiaridade com o presente surge porque, de fato, a mente já o apreende como memória no mesmo instante em que ele acontece.

O passado, assim, não deve ser compreendido como um tempo que ficou para trás, mas como uma dimensão que persiste – que “coexiste com o novo presente em relação ao qual ele agora é passado” (Deleuze, 1988, p. 81-82). O presente, em contraste, consiste no devir: desprovido de consistência própria, é constantemente arrastado pela iminência do futuro. O que permanece e se avoluma, por conseguinte, é o passado, que “rói o porvir e incha à medida que avança” (Bergson, 2006, p. 47).

A permanência do passado, delineada na imagem-cristal, adquire em Deleuze uma nova densidade teórica. Partindo de duas premissas bergsonianas basilares, recém-discutidas – a primeira, de que o passado coexiste com o presente que ele foi; a segunda, de que o tempo se desdobra, a cada instante, em um presente que passa e um passado que perdura –, Deleuze postula

que a subsistência desse passado ocorre sob a forma da “lembrança pura”⁶ em um estado de “virtualidade”⁷. Tal estado virtual é uma “realidade ontológica” que, longe de ser uma ausência, é por ele definida – citando uma fórmula de Proust⁸ –, como uma dimensão que é real sem ser atual, ideal sem ser abstrata, e simbólica sem ser fictícia (Deleuze, 1988, p. 335). Por ser real, ela incide continuamente sobre o presente, envolvendo-o em uma “névoa de imagens virtuais” (Deleuze, 1998, p. 121).

Buscando elucidar a interação entre o virtual e o atual, Deleuze recorre à distinção bergsoniana entre o atual e o virtual: enquanto o presente pertence à esfera da *atualidade*, o passado – embora não seja mais atual – subsiste como virtualidade. Nessa distinção, o filósofo afirma que o presente, assim, constitui o plano no qual o virtual se atualiza: um limiar onde a percepção (presente) e a lembrança (passado) convergem. À medida que a percepção se converte instantaneamente em memória e expande o passado virtual, surge a questão fundamental: como, então, acessar o domínio das “lembranças puras”? Em resposta, Deleuze retoma os argumentos de Bergson em *Matéria e Memória* (1999), sustentando *que tais lembranças transcendem o âmbito psicológico, existindo “fora da consciência, no tempo”* (Deleuze, 1999, p. 100). O acesso à lembrança pura não se dá por uma reconstrução do passado a partir do presente; ao contrário, exige uma ruptura com a percepção atual e uma imersão direta no passado. Assim, é preciso “procurar a lembrança lá onde ela está”, realizando um salto para “instalar[-se] de golpe no passado em geral” e encontrá-lo “tal como ele é em si, tal como se conserva em si” (Deleuze, 1990, p. 102).

Para ilustrar essa dinâmica entre o passado virtual e a ação presente, Henri Bergson, em *Matéria e Memória* (1999, p. 190), propõe a metáfora do cone invertido (Figura 01). O modelo representa a estrutura da memória e sua relação com a consciência mediante três elementos principais.

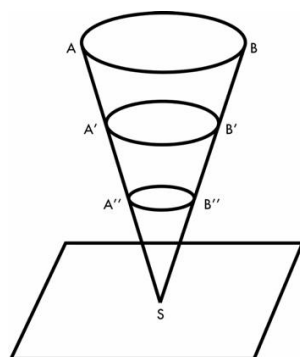


Figura 01: Cone invertido de Henri Bergson. Fonte: adaptado de Bergson, 1999, p. 190.

Primeiramente, seu vértice (S) simboliza o presente da ação: o ponto em que o corpo interage com o “plano P” da realidade, agindo e reagindo aos estímulos. Ali opera a memória do corpo,

⁶ Bergson utiliza o termo “lembrança pura” para distingui-la das “imagens-lembrança” – que são sua atualização psicológica no presente, vistas mais adiante.

⁷ Uma analogia eficaz para a relação bergsoniana entre o virtual e o atual pode ser encontrada na biologia molecular. As células existem em estado atual, observável; cientistas podem estudá-las e compará-las a outras células. Concomitantemente, porém, subsiste um código genético (DNA) dentro dessas células em estado virtual: ainda que não seja diretamente visível da mesma forma que a célula, é inteiramente real, determinando a aparência, o comportamento e o futuro desenvolvimento da célula. Este código virtual – embora real a nível molecular e não diretamente observável – funciona como a condição para a existência atual da célula (West, 2018).

⁸ Proust, Marcel. *Le temps retrouvé*. In: *À la recherche du temps perdu*. Paris: Gallimard, 1988. v. 3. (Bibliothèque de la Pléiade). p. 873 *apud* Deleuze, Gilles. *Proust et les signes*. Paris: PUF, 1976. p. 74. (N. do R.T.).

um conjunto de respostas motoras organizadas pelo hábito que funciona de forma quase instantânea (Bergson, 1999). Contudo, o vértice não deve ser compreendido como um ponto fixo, mas como o nível mais contraído do passado, constantemente moldado pela totalidade da experiência virtual que ele contém.

Em contrapartida, a base ampla (AB) do cone representa a totalidade do passado virtual, onde todas as lembranças puras coexistem em estado latente, fora da consciência imediata. Entre esses dois extremos, situam-se os múltiplos planos de consciência (A'B', A''B'' ...), que representam todo o passado organizado em diferentes graus de contração. Os planos mais próximos da ação no presente (o vértice) estão mais contraídos e vinculados às exigências sensório-motoras, enquanto os planos mais afastados, próximos à base, correspondem à lembrança pura em seu estado de máxima distensão, livre dos imperativos utilitários. Entretanto, essa vasta reserva de memórias permanece, na maior parte do tempo, inacessível:

Mas, se nosso passado permanece quase inteiramente oculto para nós, é porque é inibido pelas necessidades da ação presente, e irá recuperar a força de transpor o limiar da consciência sempre que nos desinteressarmos da ação eficaz para nos recolocarmos, de algum modo, na vida do sonho (Bergson, 1999, p. 180).

Mesmo quando acessada – seja no refúgio do *sonho* ou na vigília – a evocação da lembrança em seu estado puro não ocorre de maneira direta. Apoiando-se em Bergson, Deleuze enfatiza que, quando uma lembrança pura é trazida do passado virtual (a base do cone) para o presente da ação (o vértice), sua atualização se dá, necessariamente, de maneira alterada, convertendo-se em uma imagem mental – como os devaneios ou as memórias, que são experimentados conscientemente (Bergson, 1999). É por meio de um “salto” do presente S para uma das camadas virtuais do passado que se originam, portanto, os “circuitos psicológicos” de imagens-lembrança ou imagens-sonho. Nesse movimento, o virtual se atualiza e cria um novo momento presente na forma de um outro ponto atual, S' (Marques, 2018). Em vez de uma reprodução do passado, por sua vez, a transição do virtual para o atual consiste em um ato ininterrupto de criação, regido pela *diferençação*⁹ (Deleuze, 1990).

Segundo esse modelo, a emergência de uma memória no presente – ou seja, a atualização de uma lembrança virtual por meio da diferença – não se reduz à reconstituição sequencial e cumulativa de eventos remotos, mas à ativação de múltiplas camadas temporais coexistentes que pressionam o presente em diferentes níveis de tensão, atualizando – e, portanto, modificando – o passado de acordo com as necessidades da ação presente. Dessa forma, a ideia de um tempo linear e sucessivo é superada por uma lógica temporal simultânea e multidimensional – a *duração* (*durée*) –, que funciona como um campo autônomo de forças e tendências qualitativas.

⁹ Conforme propõe Deleuze (1990), a *diferençação* ocorre quando o virtual – ao conter múltiplas alternativas – se atualiza por meio da seleção e materialização de algumas dessas diferenças. Para ilustrar essa ideia, Pierre Lévy (2011, pp. 15-16) recorre ao exemplo da semente e da árvore: segundo o autor, a semente é virtual e carrega em si uma multiplicidade de árvores possíveis; a árvore, por sua vez, é sua atualização, determinada por condições como solo, luz, água e clima. No entanto, a árvore em nada se assemelha à semente – ela a diferencia. A essa produção de diferença, em que o virtual se atualiza sem copiar sua origem, Deleuze (2018, pp. 277-278) denomina *diferençação* ou *atualização*. Atualizar o virtual, portanto, não é replicar um modelo pré-existente, mas produzir simulacros: realidades novas, singulares, irredutíveis a uma origem (Ishisaki, 2019).

Para Bergson (2020), a duração é o tempo percebido pela vida interior: um fluxo incessante no qual os estados de consciência se interpenetram, manifestando variados níveis de intensidade – os graus de contração e distensão representados no cone invertido. Nesse processo, os estados mais vívidos emergem como as tendências dominantes que organizam a experiência (Silva, 2022), engendrando uma gradação de nuances que define a própria subjetividade – ou, em termos bergsonianos, a duração psicológica. O cone invertido revela-se, portanto, como a cartografia dessa temporalidade criativa – a *duração* – e demonstra como a totalidade da história de um indivíduo o acompanha imanentemente a cada instante, pois a sua consciência “cresce continuamente com a duração que acumula e faz, por assim dizer, uma bola de neve consigo mesma” (Bergson, 2005, p. 16), pronta para dar forma à ação presente.

Ao passo que o cone invertido de Bergson propõe um mapa esquemático para visualizar o funcionamento interno da duração, a imagem-cristal de Deleuze funciona como uma lente que expõe a própria matéria do tempo, revelando sua constituição em múltiplos fractais, potencialidades e texturas, que coexistem no fluxo contínuo da duração. A formação física dos minerais surge, então, como uma analogia para essa montagem metafísica da imagem-cristal: nela, as camadas de tempo se materializam em planos de matéria e luz, parecendo germinar do inorgânico.

O modelo para essa materialização é encontrado no processo de cristalização física descrito pelo tecnólogo e filósofo francês Gilbert Simondon (1924-1989). O fenômeno origina-se em uma “água-mãe”, um ambiente altamente concentrado cujo estado de equilíbrio instável (metaestabilidade) favorece trocas energéticas. A cristalização é, então, desencadeada por um “germe” ínfimo – seja uma impureza, uma superfície irregular ou uma molécula já alinhada – que, ao atrair as moléculas dispersas, permite que elas se organizem em uma estrutura ordenada para liberar a energia excedente do meio e alcançar uma configuração mais estável. Simondon (1989) denomina *transdução* a este processo de individuação contínua, no qual um germe, impulsionado pela supersaturação, se propaga em múltiplas direções e estrutura a matéria ao seu redor até formar um cristal (Simondon *apud* Hottois, 1993, pp. 44-45, tradução livre).

A física da cristalização descrita por Simondon estabelece um paralelo com a dimensão metafísica da imagem-cristal em Deleuze (Santos, 2018), uma vez que ambos os processos seguem a mesma lógica de individuação. De um campo pré-individual carregado de virtualidades – o equivalente à “água-mãe” –, emergem individuações singulares e diferenciadas: as *transduções* da duração.

Diferente de um cristal físico que apenas refrata a luz, este cristal metafísico de Deleuze materializa a duração bergsoniana. Nele, o tempo se revela como um processo de acumulação contínua do passado no presente – a “bola de neve” de Bergson (2005, p. 16) – e seu cerne é a zona onde o atual e o virtual se tornam indiscerníveis. Ao compactar essas duas faces do tempo em um único plano, a imagem-cristal subverte a sucessão linear e traz à tona a estrutura do tempo em sua forma mais pura: um tempo que, em vez de avançar, bifurca-se e se dobra sobre si mesmo. Por fim, essa imagem-tempo, uma vez cristalizada, retorna ao fluxo da duração como uma nova camada de passado, pronta para possibilitar futuras formações cristalinas.

Uma vez formada, cada imagem-cristal funciona como um agenciamento de forças afetivas – isto é, um campo dinâmico de memórias, sensações, potencialidades e tendências. Tal agenciamento, por sua vez, modula as distintas camadas de tempo que coexistem no cristal, produzindo para cada uma delas uma “textura” qualitativa única. A partir da singularidade de cada “textura” – produzida pelos distintos agenciamentos entre o atual e o virtual – Deleuze finalmente distingue,

em *Cinema 2*, os quatro tipos de cristal de tempo. Assim, cada “textura” metafísica de cada cristal pode ser visualizada através de uma textura física correspondente na seguinte classificação:

- 1) O Cristal Perfeito: Onde o atual e o virtual coincidem perfeitamente, cristalizando-se em uma imagem coalescente e isomórfica. É um circuito fechado, um vaivém perpétuo entre a imagem real e sua memória, análogo ao sistema cristalino cúbico ou ao diamante, cujas arestas funcionam como membranas de contato nas quais o atual e o virtual se espelham “num circuito que nos leva constantemente de um ao outro” (Deleuze, 1990, p. 105), sem falhas.

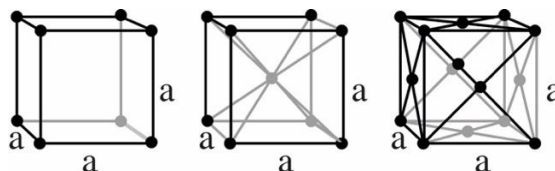


Figura 02: O cristal perfeito deleuziano e sua estrutura cúbica. ($a=b=c$; $\alpha = \beta = \gamma = 90^\circ$). A imagem evidencia como as diagonais de face garantem a rigidez da superfície (2D), enquanto as diagonais internas garantem a coesão do volume (3D). Fonte: elaborado pela autora, com base em Santos (2018, p. 79).

- 2) O Cristal Rachado: Ao contrário da estrutura hermética do anterior, o cristal rachado nasce de uma falha: uma abertura que permite entrever uma “linha de fuga” (Deleuze, 1990, pp. 106-107) que impede a correspondência especular perfeita. Por essa fenda, a água mãe (o tempo virtual) “vaza” e inicia um processo de transformação.

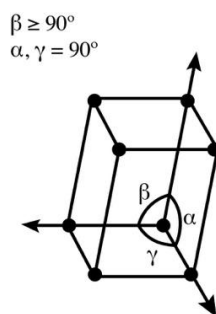


Figura 03: Estrutura do cristal rachado, caracterizada por um sistema com três eixos cristalográficos de comprimentos desiguais. Fonte: elaborado pela autora, com base em Santos (2018, p. 83).

- 3) Cristal Alveolar (ou de Germe): O que escoar, não se perde: germina. Em vez de retornar a um estado sólido e unificado, esta “água-mãe” derramada condensa-se em inúmeros pontos distintos. Neste estado, o cristal deixa de ser uma forma estática para se tornar o processo de diferenciação em ato. Com efeito, como afirma Deleuze, “nunca há cristal acabado; todo cristal é, em direito, infinito, está se fazendo” (Deleuze, p. 110, 1990). Múltiplos germes virtuais coexistem e se atualizam simultaneamente em uma “errância criadora” (Ishisaki, 2019, p.4). É um crescimento rizomático, de múltiplas entradas e saídas, análogo à estrutura do rombododecaedro (comum em granadas), que preenche o espaço com cópias de si mesmo em expansão contínua (Santos, 2018).

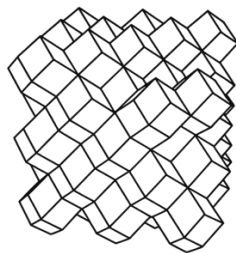


Figura 04: O cristal alveolar (ou de germe) deleuziano ilustrado pela morfologia do dodecaedro rômico estrelado.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Wikipédia (2023). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dodecaedro_r%C3%B4mbico. Acesso em: 13 set. 2025.

- 4) **Cristal em Decomposição:** O que acontece, porém, quando a “errância criadora” do cristal de germe esgota seu elan vital? Quando os múltiplos germes, em sua proliferação, já não encontram mais meios para forçar uma cristalização? Nesse ponto de saturação, o ciclo se completa e dá lugar ao seu quarto e último estado: o *cristal em decomposição*. Aqui, a dinâmica se reverte. Os germes perdem a capacidade de atualizar e o virtual esgota sua potência criadora. Resta apenas o invólucro, uma estrutura oca onde o circuito entre o virtual e o atual se desfaz progressivamente, deixando antever a imagem de uma ruína (Ishisaki, 2019): a sobrevivência de “um passado desaparecido” que, embora extinto, “sobrevive no cristal artificial” (Deleuze, 1990, p. 117). Deleuze compara-o ao diamante sintético ou artificial por sua perfeição fabricada que, por estar isolada dos processos vitais, condena-se a uma decadência interna, tornando-se sombria e opaca (Deleuze, 1990, p. 117).

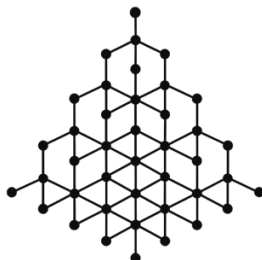


Figura 05: Estrutura de carbono do diamante sintético. Fonte: elaborado pela autora, com base em Santos (2018, p. 91).

O percurso teórico pelos quatro estados do cristal – perfeito, rachado, alveolar e em decomposição – materializa-se, enfim, em um correlato urbano: a Vila Epecuén. Ali, a imagem-cristal deixa o campo da abstração para se tornar paisagem, transformando Epecuén em uma autêntica cidade-cristal. Em sua história de ascensão, queda e ressurgimento, a vila não encarna um único estado, mas revela-se como o campo de forças onde a passagem e a coexistência entre esses diferentes estados cristalinos se manifestam.

Epecuén: A Reemergência Petrificada

Até cidade que um dia foi nova hoje é velha. Ou vai ver então que já nasceu envelhecida, carregando na alma a velhice e os pecados da outra que se afogou

para que esta antiga nova existisse. Tudo que vive morre. Dizem que depois revive. (Rezende Jr., 2019, p. 76).

Há cem anos, na década de 1920, fundava-se a Vila Epecuén, um refúgio turístico às margens do lago homônimo, cujas águas termais, altamente salinizadas, atraíam visitantes em busca de cura e relaxamento. Ao mergulhar no lago, a pele se revestia de uma fina película de sal, e logo se aprendia que afundar era impossível: em suas águas só era possível flutuar. Após seis décadas, entretanto, as mesmas águas que outrora suspendiam e regeneravam os corpos – atrativo turístico e medicinal e, portanto, principal fonte da economia local –, acabaram, em revés, por afundá-la.

De lá para cá, a cidade permaneceu “morta”, sem moradores, envolta pelo lúgubre manto do lago. Ainda assim, a história da Vila Epecuén estava longe de terminar. Do final do século XX ao início do século XXI, as águas do Lago Epecuén começaram a abaixar. Trinta anos após a catástrofe que a submergiu, a cidade reapareceu lentamente das profundezas, revivendo como a velha vila que fora um dia e, ao mesmo tempo, nova: uma cidade fantasma, assemelhando-se a uma Atlântida argentina. Suas ruínas, agora expostas acima do nível das águas, resplandeciam, tingidas de branco pela salmoura.



Figura 06 (esquerda): Vila Epecuén até 1985. Fonte: adaptado de Stocker (2013). Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/one-man-returns-to-argentina-s-town-that-drowned-8619653.html>. Acesso em: 13 set. 2025. **Figura 07** (direita): Vila Epecuén a partir de 2009. Fonte: adaptado de Tonks (2024). Disponível em: <https://www.express.co.uk/travel/articles/2003466/argentina-villa-epcuen-dark-tourism>. Acesso em: 13 set. 2025.

A fim de compreender a magnitude dessa antiga/nova cidade *revivida* das águas, é preciso revisitar sua trajetória: desde o esplendor de seu “nascimento” e apogeu até o momento fatídico em que foi submersa. O início desse percurso remonta às primeiras décadas do século XX, quando a Vila, então um pequeno balneário às margens do Lago Epecuén, evoluiu para um dos principais polos de turismo termal da Argentina, mobilizando viajantes com interesse nas propriedades curativas de suas águas salgadas. Com uma salinidade dez vezes maior que a dos oceanos, dizia-se que as águas mineralizadas do Lago Epecuén eram capazes de tratar reumatismo, estresse, doenças articulares e de pele. Em uma época anterior à descoberta da penicilina, a Vila Epecuén – localizada a cerca de 570 km da região metropolitana de Buenos Aires – tornou-se um reduto da elite argentina, que percorria longas distâncias em seus luxuosos *coches* para mergulhar nas águas daquele elixir natural da juventude (Licitra, 2015).

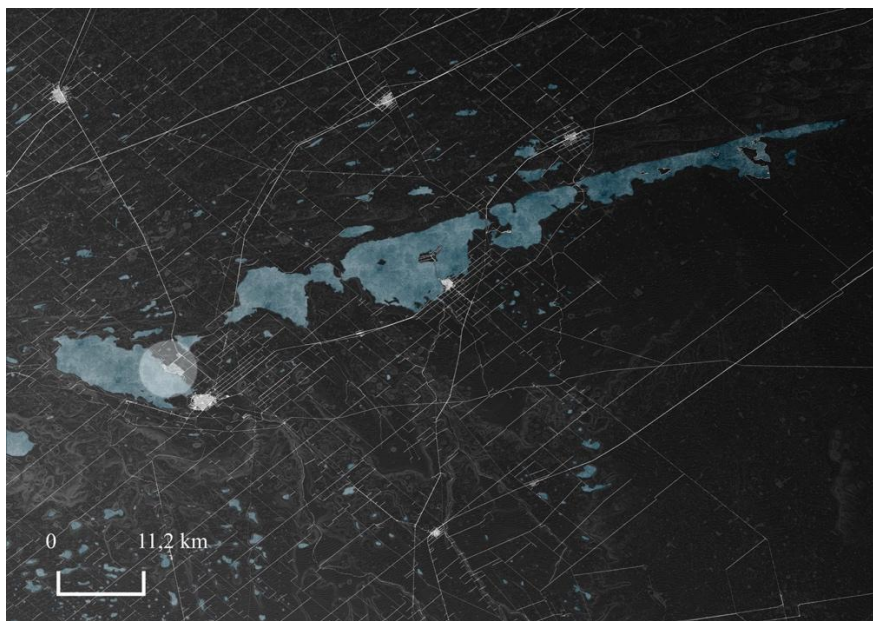


Figura 08: Representação da Vila Epecuén no sistema de bacias interconectadas das Lagoas Encadenadas. A imagem ilustra a infraestrutura local e a condição do Lago Epecuén como exutório do sistema, ponto de convergência das águas e de menor altitude. Fonte: elaborado pela autora, a partir de dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e de dados de hidrografia e sistema viário do OpenStreetMap (OSM).

Historicamente, as primeiras referências documentadas ao Lago Epecuén datam de 1780, registradas pelo piloto da Real Marinha da Espanha, Paulo Zizur, embora suas águas já fossem lendárias¹⁰ desde tempos imemoriais para as tribos originárias dos pampas. Após a expropriação das terras indígenas pelo Estado argentino, a tradição oral acerca das propriedades medicinais das águas se difundiu, instigando o interesse de um número crescente de estrangeiros em banhar-se naquela massa líquida milagrosa (Sedrez; Miraglia, 2013).¹¹ Ao final do século XIX, portanto, a crença nas faculdades curativas do Lago Epecuén – sustentada por rumores ancestrais e por estudos científicos da época¹² – foi o que primordialmente desencadeou o processo de desenvolvimento da região.

¹⁰ A origem do nome “Epecuén” remonta a um antigo mito indígena que narra a história de um garoto órfão resgatado pela tribo *Levuches* de um incêndio, então batizado como *Epecuén* – que significa “quase queimado” (Coutinho, 2015). Ao crescer, tornou-se um guerreiro, venceu uma batalha contra os *Puelches* e tomou como esposa Tripantu, filha do cacique inimigo. No entanto, a sua paixão por outras prisioneiras causou tamanha tristeza em Tripantu que, segundo a lenda, suas lágrimas formaram o lago salgado, que afogou Epecuén e suas amantes. Em desespero, Tripantu vagou pelas margens do lago até ouvir a voz de seu amado nas profundezas. Desde então, nunca mais se viu Tripantu e o lago tornou-se sagrado para os indígenas, simbolizando a união espiritual e póstuma das almas do casal (Etchevers, [s. d.]).

¹¹ A Crenoterapia ou Crenologia – termo popularizado pelos franceses que significa “fonte que cura” – consistia no uso terapêutico das águas minerais naturais para combater doenças e revitalizar o organismo. Também reconhecido como cura Hidro-Termo-Climática, suas origens são antigas e remontam à Grécia Antiga, onde o poder curativo das águas já era reconhecido. Com o tempo, a crescente procura por tratamentos naturais levou ao surgimento de verdadeiras escolas médicas de Hidrologia, que se desenvolveram em paralelo à medicina interna. Seus métodos incluíam desde bebidas e banhos terapêuticos até fricções e aplicações internas. Apesar de ter perdido força com o avanço da Alopatia no pós Primeira Guerra Mundial, a Crenoterapia influenciou o surgimento de cidades balneárias, consolidando uma nova forma de urbanização focada na saúde e bem-estar (Trevisan, 2003).

¹² Em 1909, a província de Buenos Aires designou uma equipe de especialistas para o Lago Epecuén a fim de fornecer embasamento médico-científico às alegações sobre as águas terapêuticas.

A progressiva demanda por serviços turísticos culminou, em 1921, na inauguração do primeiro balneário às margens do Lago Epecuén, também conhecido por “Mar de Epecuén”. Distante oito quilômetros de Carhué, a construção do centro termal foi o estopim para uma rápida especulação imobiliária e para o loteamento das terras vizinhas, que deram origem à nova cidade: a Vila Epecuén. A movimentação de turistas aumentou continuamente, favorecida também pelo transporte ferroviário que interligava a área: a Ferrovia Sarmiento atendia à estação de Epecuén, enquanto as ferrovias Midland e do Sul transportavam passageiros até Carhué (Sedrez; Miraglia, 2013).

O crescimento da Vila Epecuén foi impressionante. Foram erguidos hotéis e molhes que avançavam pelo lago, além de bangalôs e empresas dedicadas à exploração de sal e à comercialização de barros e sabões terapêuticos. A atividade turística, portanto, não se limitava à prestação de serviços, mas também incluía a produção de mercadorias destinadas aos visitantes. Por conseguinte, na década de 1930, além de hotéis, o núcleo acomodava trabalhadores e proprietários engajados nas diversas atividades relacionadas ao setor.

A composição urbana de Epecuén dispunha de igreja, escolas e toda infraestrutura básica para o funcionamento de uma cidade. Mesmo em seu auge, a população fixa da vila permaneceu pequena. No entanto, durante a alta temporada, a população flutuante chegava a ser até vinte vezes maior. No início dos anos 1970, ao abrigar 1.500 moradores permanentes, a vasta rede hoteleira local atingiu a marca de 5 mil leitos registrados, além de 2 mil vagas informais. Ao todo, havia 280 estabelecimentos – entre comércios, pensões, hospedarias e hotéis – que, entre as décadas de 1950 e 1970, atraíam até 25 mil turistas na temporada de novembro a março (Sedrez; Miraglia, 2013).

Com suas águas hipersalinas e qualidades terapêuticas, o Lago Epecuén parecia destinado a transformar a Vila em um paraíso turístico em crescimento exponencial. Localizada na bacia das Lagoas Encadeadas, a Vila Epecuén era cercada por uma vasta região lacustre. Isolada por outras bacias hidrográficas, a área formava uma bacia fechada, sem pontos de deságue para outras bacias ou para o mar. O lago era alimentado pelo excedente de chuvas e córregos, acumulando sais minerais proveniente das condicionantes geológicas da região, o que contribuía para sua alta mineralização.

Por mais de seis décadas, o Lago Epecuén – atrativo de um número crescente de visitantes – manteve seu ciclo natural de cheias e secas. A alternância entre esses períodos, contudo, representava um grande desafio para os empreendedores locais, especialmente durante as estiagens. Durante as secas, a diminuição do volume hídrico e o aumento do teor de sal dificultavam a prática de atividades aquáticas e comprometiam a qualidade das águas termais, afastando os turistas e prejudicando a economia da Vila Epecuén.

Na década de 1960, a escassez de chuvas foi tamanha que colocou em risco a principal fonte de renda local: o turismo. A estiagem, em 1962, atingiu seu ápice, secando quase por completo o complexo lacustre. Perante essa situação, moradores e empresários pressionaram o governo provincial em busca de uma solução. Como alternativa, foi proposta a construção de um canal que transportasse água de outras bacias até as lagoas. Em resposta às reivindicações, entre 1965 e 1975, as autoridades construíram o Canal Ameghino, que atendeu temporariamente às necessidades da população.

Embora, à época da construção do canal, a região enfrentasse uma severa estiagem – característica de seus ciclos climáticos subúmidos –, a situação se inverteu ao final da década de 1970. A Argentina, então, ingressou em um período úmido, com precipitações abundantes (Sedrez; Miraglia, 2013). A obra do Canal Ameghino, no entanto, desconsiderou os impactos de um eventual ciclo chuvoso prolongado sobre o sistema das Lagoas Encadeadas, cuja capacidade de absorver o excesso de água era limitada. Sendo Epecuén o último lago desse sistema, situado no ponto mais baixo de um grande vale sem saída natural, tornou-se extremamente vulnerável a alagamentos.

Em uma tentativa desesperada de salvar a Vila Epecuén de uma possível inundação, foi construída uma barragem de contenção ao longo dos anos de 1976 a 1978. Contudo, a tragédia tornou-se inevitável. Paradoxalmente, as fortes chuvas de 1980 transformaram o canal – originalmente concebido para mitigar a seca – em um agravante das inundações. Com isso, o Canal Ameghino passou a acumular um volume excessivo de água, submergindo cerca de 20 mil hectares próximos às lagoas de 1978 a 1980 (Monachesi, 1995).

Entre 1980 e 1985, a persistência das precipitações e a entrada descontrolada de aportes hídricos pelo canal ameaçaram cada vez mais a Vila Epecuén, que até então se mantinha segura apenas graças aos diques de três metros e meio de altura. Entretanto, em 1985, os efeitos das chuvas atingiram seu ponto máximo e saturaram o sistema das Lagoas Encadeadas, já à beira do transbordamento. Um fenômeno climático conhecido como “*sudestada*” – definido por precipitações torrenciais provocadas pela mudança na direção dos ventos – gerou um enorme caudal de água, exercendo uma pressão insustentável sobre a barragem erguida justamente para proteger a Vila Epecuén de inundações. Rompeu-se na madrugada do dia 10 de novembro de 1985. Assim foi o início do fim da cidade.

O volume de água do Lago Epecuén começou a subir rapidamente, vertendo pelas ruas a uma velocidade de um centímetro por hora. Em apenas uma semana, a Vila Epecuén já estava submersa sob um metro e meio de água, selando seu destino e o de seus retirantes. Evacuados às pressas para a vizinha Carhué, os 800 residentes fixos da Vila foram obrigados a deixar suas moradias – no início com a água pelos tornozelos, em seguida pela cintura, e finalmente pelos ombros (Licitra, 2015). Com a tragédia consumada, restou aos habitantes assistir, impotentes, o Lago – agora descomunal em volume – engolir lentamente seus lares, memórias e sonhos.

As águas salgadas, impiedosas, tomaram a cidade pouco a pouco, transbordando pelas calçadas e avançando pelas avenidas, invadindo comércios e asfixiando casas, enquanto a corrosão do sal queimava tudo à sua passagem. Duas semanas depois, a cidade já era praticamente inabitável. Com dois metros de água singrando pelas ruas, as vias transformavam-se em canais, cada vez menos reconhecíveis. O nível da água continuou a subir e, em 1987, a cidade jazia sob cinco metros d’água, restando à vista apenas a torre da igreja e alguns telhados. Em 1993, a profundidade já alcançava dez metros, deixando a Vila Epecuén completamente velada pelo silêncio das águas do Lago (Sedrez; Miraglia, 2013).

Porém, duas décadas após a catástrofe, o ciclo da natureza inverteu-se novamente, e a fase úmida que assolava a região foi substituída por um longo período de estiagem. Consequentemente, o nível do Lago Epecuén começou a recuar e, à medida que a água evaporava, pouco a pouco, a antiga vila turística emergia das profundezas. Até que, em 2009, a cidade ficou completamente exposta, revelando o avesso daquele tempo interrompido.

A reemergência de Epecuén desvela uma paisagem que transcende as categorias rígidas de "natureza" (o lago) ou "cultura" (a cidade), afirmando-se como uma autêntica "paisagem multiespécie" (Tsing, 2019) onde a agência do sal cocriou uma realidade nunca antes vista. Nessa metamorfose, desenha-se um circuito de agenciamento: a *territorialização* inicial da vila – fundada sobre o *ritorno* de sua vida social e turística – foi *desterritorializada* pela subida das águas, apenas para ser, décadas mais tarde, *reterritorializada* não pelos homens, mas como um monumento geológico de sal. Emerge, assim, a cidade-cristal, onde o passado virtual e o presente atual se tornam indiscerníveis e, na materialidade dessas ruínas, o tempo deixa de ser linear para se revelar em um ciclo de múltiplos estados.



Figura 09: Justaposição temporal em Epecuén. Ao confrontar uma fotografia da década de 1970 com a ruína atual, o observador materializa a coexistência entre memória e percepção, configurando sua própria imagem-cristal.
Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/villa-epecu%C3%A9n-uma-cidade-emerge-das-%C3%A1guas/g-18844234>. Acesso em: 13 set. 2025.

O ciclo se inicia com o cristal perfeito. Em seu apogeu, antes da inundação, Epecuén encarnava um sistema estável, onde a imagem atual de uma próspera vila turística e sua imagem virtual – a reputação de um paraíso de águas terapêuticas – coincidiam perfeitamente. Havia um circuito de espelhamento harmônico, no qual a realidade e a memória se reforçavam mutuamente, consolidando uma identidade unívoca.

A inundação de 1985, por sua vez, estilhaçou a perfeição vigente, marcando a transição para o cristal rachado. O rompimento do dique foi a fissura que interrompeu o circuito anterior, desfazendo a correspondência entre o atual – uma cidade submersa – e o virtual – a lembrança do paraíso perdido. Nesse momento, a água do Lago de Epecuén manifestou-se como a própria “água-mãe” cristalina – uma matriz líquida que, ao ceder, fraturou a solidez da estrutura que antes unificava. Ao transbordar pela fissura, assim, tornou-se, em conjunto com os habitantes desalojados, a “linha de fuga” que dissolveu a antiga ordem. O êxodo forçado dos habitantes consumou a desterritorialização social de Epecuén, dissolvendo o tecido comunitário que dava vida às estruturas físicas. Fundamentalmente, porém, a maior ruptura não foi a material, mas a temporal: ao partirem, os habitantes levaram consigo as memórias, as histórias e as experiências – todo o passado virtual da cidade. Sem um lugar físico para ancorá-las, essas memórias se converteram nas “lembranças puras”, agora suspensas em estado virtual. A fuga dos habitantes,

portanto, transformou o passado de Epecuén de uma realidade vivida em uma potencialidade puramente virtual, que ficaria “latente” até o novo emergir da cidade.

O estado de cristal rachado, portanto, não foi um fim, mas o ponto de partida para um processo de transformação – uma *transdução* da cidade-cristal de Epecuén. Duas etapas definiram essa mudança: a submersão, inicialmente, converteu o passado da Vila em um repositório de “lembranças puras”, mantendo-o em virtualidade sob as águas; o emergir, em seguida, trouxe essa memória latente à tona. O que emergiu, contudo, não foi uma reprodução da vila original, mas uma “atualização” de seu passado virtual, profundamente diferenciada pela longa ação corrosiva e cristalizadora do sal durante décadas sob as águas. Com isso, criaram-se condições para que o atual e o virtual – tendo a memória do passado agora inscrita na matéria do presente – estabelecessem uma nova relação.

Perante esse cenário espectral, o sal surge como o agente que não apenas petrifica as ruínas sob uma densa crosta branca, mas também converte essa mesma superfície na sedimentação visível do tempo, inscrevendo em sua textura a cicatriz da inundação. É por meio dessa simbiose entre matéria e tempo que a “lembrança pura” da vila próspera deixa de ser uma memória distante para assombrar a concretude da realidade pelas ruínas. Assim, quando o olhar percorre uma parede corroída pelo sal (a imagem *atual*) e simultaneamente, vislumbra a memória da casa que ali existiu (a imagem *virtual*), as duas faces se sobrepõem e se confundem, atingindo um ponto de indiscernibilidade. Ou seja, a ruína torna-se a manifestação visível de sua lembrança, e a lembrança, a realidade atual da ruína. Nesse instante, ao se realizar, a imagem-cristal encerra o estado de separação entre o virtual e o atual – próprio do cristal rachado – e inaugura uma nova fase de criação contínua.

Uma vez consolidada a fusão entre o virtual e o atual pelo emergir, Epecuén adentra o regime do cristal alveolar (ou de germe). Aqui, o processo se desdobra: se a cristalização inicial, subaquática, funcionou como uma primeira forma de “reorganização” que selou o passado na matéria, é agora, a céu aberto, que a natureza assume o papel de agente germinativo. As ruínas salinizadas tornam-se um campo reativo, uma superfície em diálogo perpétuo com os elementos. Tal interação incessante é inseparável, também, de uma reconfiguração ativa da memória: o passado da cidade deixa de ser um repositório inerte “guardado” sob o sal e passa a ser ativamente reeditado pela matéria.

Cada desmoronamento provocado pela chuva, ou cada nova eflorescência salina esculpida pelo vento e pelo sol, funciona como um “corte” que sobrepõe uma nova versão do passado à anterior. A imagem-cristal, nesse novo regime, deixa de ser um retrato do tempo para se tornar a própria atividade da memória: um passado que não apenas se conserva, mas que se reconfigura a cada nova alteração no presente. Trata-se da materialização da duração bergsoniana, “uma memória interior à própria mudança, [...] que prolonga o antes no depois e os impede de serem puros instantâneos¹³ aparecendo e desaparecendo em um presente que renasceria incessantemente” (Bergson, 2006, p. 51).

¹³ Nesta passagem, Bergson critica a ideia de que o tempo seja uma sucessão de “instantâneos” independentes – à semelhança dos fotogramas de um filme –, onde cada “agora” apaga o anterior. Para ele, o tempo real (a *duração*) opera de forma análoga a uma melodia: seu encadeamento só ganha sentido porque a memória “prolonga” as notas anteriores (o passado) na nota que soa no presente. Sem essa memória “interior à própria mudança”, restariam apenas sons desconexos. A memória, portanto, não é um mero registro do que passou, mas a força ativa que garante a continuidade e constante reconfiguração da realidade (Bergson, 2006).

Finalmente, o ciclo nos leva a questionar se Epecuén teria alcançado o estado último do cristal – a decomposição, a estrutura oca onde a vida cessa e sobrevive apenas o vestígio de um passado. Apesar da aparência fóssil de uma era extinta, a realidade de Epecuén contradiz tal veredito. A prova está na própria matéria, cuja incessante mutação – nascida do diálogo entre o sal e as intempéries – demonstra que a vila não é um monumento ao seu fim, mas uma obra aberta. Em vez de se cristalizar em uma forma definitiva, assim, a cidade permanece em uma tensão irresolúvel, sendo, ao mesmo tempo, o cristal em decomposição – a ruína física de um tempo extinto – e o cristal em germe, um manancial de devires.

Dessa dialética de opostos, emerge uma vila cujo funcionamento transcende a lógica da vida individual para mimetizar o proceder da vida. Enquanto a trajetória de um indivíduo, como explica Bergson (2005, p. 108-109), é uma linha de escolhas que avança no tempo, “juncada pelos destroços” de tudo o que poderia ter sido; a vida, ao contrário, “não está adstrita a tais sacrifícios” (Bergson, 2005, p. 108-109). O seu método não é o da limitação, mas o da expansão, um processo que “conserva as diversas tendências que bifurcam ao crescer”, desenvolvendo-se “na forma de feixe, criando, pelo simples fato de seu crescimento, direções divergentes entre as quais seu eã irá repartir-se” (*Ibid.*, p. 108). É esse método que se materializa no prisma de Epecuén: ali, o que separa a morte da vida, e a decadência da germinação, torna-se indiscernível, sendo ambas apenas direções divergentes de um mesmo feixe vital.

Cabeço: A Ruína Submersa e a Agência da Ausência

Dentre as potências mineralizantes particularmente valorizadas pela imaginação, distinguiremos, rapidamente, a potência do sal que por si só exigiria uma psicanálise especial, pois é uma potência insidiosa que trabalha nos confins da terra e da água. O sal se dissolve e se cristaliza [...]. (Bachelard, 2001, p. 209)

O espectro daquela mesma tragédia – a submersão pela água – que antes cobriu a Vila Epecuén estendeu-se até um pequeno vilarejo na foz de um rio brasileiro. Em ambos os casos, o legado deixado pelas águas foi, entretanto, ditado pelo papel antagônico do sal: na Argentina, foi o cristizador da memória; no Brasil, o solvente do esquecimento.

O que determinou, então, que o sal ora cristalizasse, ora dissolvesse? A resposta reside no ponto de ruptura de cada história, um evento que funcionou – literal e figurativamente – como um *divisor* de águas, marcando a fronteira exata entre o fim de um começo e o começo de um fim. Para Epecuén, a destruição de sua barreira de proteção – que provocou a enchente da cidade – foi o fim de um novo começo, renascendo como um monumento de sal. Para o vilarejo brasileiro, ao contrário, a construção de uma barragem – que sufocou o fluxo de seu rio – foi o começo de um fim, abrindo caminho para que o mar o apagassem por completo.

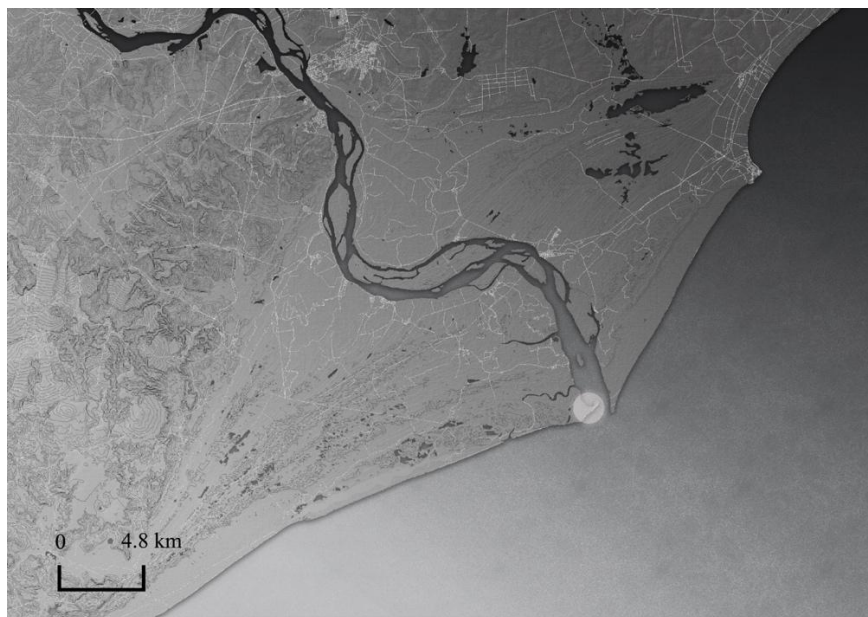


Figura 10: Mapa de localização do antigo Vilarejo de Cabeço Fonte: elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do do OpenStreetMap (OSM).

Chamava-se Cabeço, o vilarejo brasileiro condenado ao esquecimento. Localizado onde o rio São Francisco desenha a fronteira entre Alagoas e Sergipe antes de desaguar no Atlântico – no município de Brejo Grande (SE) –, o vilarejo de pescadores resistia ao tempo. Estima-se que a vila, com suas cerca de 120 casas, tenha se formado ao redor de um farol, dando início a uma história que remonta ao século XVIII (Souza, 2024).



Figura 11: O povoado de Cabeço antes do avanço do mar. Fonte: Adaptado de Souza (2024). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-luta-por-repara%C3%A7%C3%A3o-de-um-povoado-que-sumiu-do-mapa-no-brasil/a-71038909>. Acesso em: 7 jul. 2025.

A sua extinção, contudo, foi uma tragédia ambiental anunciada, consequência da intervenção antrópica, cujo marco decisivo foi a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Xingó. Inaugurado em 1994, o projeto da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) alterou drasticamente o regime do Velho Chico. A sua função primordial — gerar energia elétrica de forma constante — exigiu a regularização da vazão, suprimindo as grandes cheias sazonais que

historicamente transportavam sedimentos para a foz. Ao reter a maior parte desse material e interromper o fluxo contínuo que sustentava o avanço do delta, a usina privou o rio da matéria e da força necessária para reabastecer a costa, sentenciando a região, por fim, à inexorável penetração marinha.

Privado de sua carga sólida e com a força hidráulica domada, o Rio São Francisco perdeu a luta inglória contra o Oceano Atlântico. Sem a reposição natural de areia, a dinâmica costeira se inverteu e o mar, com seu *ritornelo* corrosivo, começou *devorar* a terra. A partir de 1996, o avanço das águas derrubou casas, tragou ruas e desmembrou o povoado, empurrando a comunidade rumo ao interior. Diferentemente de Epecuén, onde a fuga foi repentina, em Cabeço ela foi uma agonia lenta. As famílias desmontavam suas casas – salvando telhas, portas, janelas – antes que a maré as levasse, recuando progressivamente até o limite da terra firme. Com a submersão de seus lares na virada para os anos 2000, parte dos sobreviventes de Cabeço foi reassentada no conjunto habitacional de Saramém, no mesmo município. A mudança, contudo, mostrou-se uma solução parcial: as 80¹⁴ moradias oferecidas foram insuficientes, deixando muitas famílias ao desamparo e sem qualquer suporte para lidar com os efeitos psicossociais da perda (Souza, 2024).

A batalha jurídica que se seguiu foi longa e extenuante. Por décadas, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) negou a relação causal entre a barragem e a destruição da vila, atribuindo a erosão a fatores climáticos naturais ou à elevação do nível do mar. Somente em 2024, após litígio histórico e fundamentado em perícias técnicas irrefutáveis (Souza, 2024)¹⁵ – que comprovaram o déficit de sedimentos causado por Xingó –, a empresa celebrou um acordo de indenização. O montante de aproximadamente R\$ 40 milhões, divididos entre os herdeiros e sobreviventes, foi uma vitória tardia. Para muitos dos moradores originais, a justiça chegou postumamente, incapaz de devolver o território dissolvido (Mesquita, 2024).

É nesse vazio material que reside a tragédia mais profunda, aquela que nenhum valor indenizatório pode reverter. Sem as paredes ou as ruas para ancorar a lembrança, o legado de Cabeço desintegrou-se em um anti-cristal, ou um cristal puramente virtual. Aqui, a matéria não reteve a memória; ela a dispersou: o sal do oceano não agiu como conservante, mas como o reagente da entropia. As casas, golpeadas pelas ondas, não ficaram de pé; ruíram – trituradas em areia no fundo do mar. Não há ruas para caminhar, não há árvores petrificadas para o toque – o "germe" de cristalização foi abortado pela força dispersiva da água. A reterritorialização do *ritornelo* refratou-se para o mar, que retomou o território sobrepondo seu próprio ritmo – as marés – sobre o compasso humano que ali habitava. O *círculo protetor* da vila foi rompido não por uma explosão, mas por uma dissolução lenta e contínua. Assim, Cabeço se integra à paisagem multiespécie de Tsing como o "campo de ativos abandonados" (Tsing, 2019, p. 7) onde a colaboração humana se tornou impossível, restando a soberania das forças geofísicas que criam novas ecologias sobre as ruínas dissolvendo a história humana em tempo geológico profundo.

¹⁴ A expansão do conjunto habitacional atingiu 124 casas em 2013, com novas unidades edificadas pela prefeitura de Brejo Grande em parceria com a Caixa Econômica Federal e a construtora Norcon. As moradias foram distribuídas aos moradores de regiões afetadas pela erosão na foz, incluindo famílias de Alagoas (Lima, 2016).

¹⁵ Os laudos não apenas comprovaram que a barragem foi o elemento decisivo para a destruição do povoado, como também alegaram uma falha no estudo de impacto ambiental da usina – a omissão dos efeitos na foz do rio, área ignorada por estar a 170 quilômetros da barragem, bem além do raio de análise de 100 km. (Souza, 2024).

Entretanto, em meio a toda essa liquidez, ainda resta ainda um vestígio, erguendo-se como como a única exceção à regra do desaparecimento: o antigo farol que deu origem povoado. Construído em terra firme entre 1870 e 1873 (Lima, 2016), o marco que por mais de um século orientou embarcações a partir de seu posto, atrás da igreja do Bom Jesus (Gomes, 2018), hoje repousa inclinado e solitário, isolado pelo mar. A estrutura de concreto, projetada para resistir, não caiu, mas adernou, tornando-se um monumento à ausência. Na topologia do cone de Bergson, o farol é o vértice (o ponto S) que permaneceu fixo, mas cuja base – o território, o chão, a comunidade – foi liquefeita e subtraída. Ele é um ponto de referência que já não aponta para lugar nenhum, um "ponto cego" na paisagem onde a natureza, instrumentalizada pela técnica humana (a barragem), reclamou o espaço com juro.



Figura 12: Farol inclinado de Cabeço ilhado pelo mar. Fonte: Disponível em: <https://baixosaofrancisco-se.webnode.com.br/products/brejo-grande/>. Acesso em: 16 set. 2025.

Conclusão

[...] eles endireitaram o rio [...] em alguns lugares, para abrir espaço para casas e terrenos habitáveis. Volta e meia o rio inunda esses lugares. “Inunda” é a palavra que se usa, mas na realidade não é inundação; é lembrança. Lembrança de onde ele costumava correr. Toda a água tem memória perfeita e para sempre tenta voltar para onde estava. Os escritores são assim também: buscam lembrar onde estavam [...] e o caminho de volta ao lugar original. É [a] memória emocional, [...] e uma golfada de imaginação é nossa “inundação”. (Morrison, 1995 *apud* Evaristo, 2016)

Se a água possui uma "memória perfeita" e sempre "tenta voltar" ao seu leito original, como sugere Toni Morrison (1995), as paisagens de Vila Epecuén e Cabeço narram o percurso desse regresso inevitável. Nessas margens sul-americanas, contudo, a reconquista hídrica não agiu sozinha; ela gravou sua memória através de seu cúmplice químico – o sal. Foi ele, em sua ambivalência material, que ditou a dialética do tempo nesses territórios: em Epecuén, o sal saturado agiu como conservante, mumificando o passado em uma hipertrofia de memória; em Cabeço, o sal oceânico atuou como corrosivo, dissolvendo a história em uma amnésia líquida. Para além da dualidade fenomenológica — a ruína sólida que emerge versus a ruína líquida que

submerge —, ambos os casos convergem para um veredicto comum sobre a insuficiência do projeto moderno de habitar a Terra.

Sob a ótica da imagem-cristal, essas localidades deixam de ser somente escombros para se revelarem máquinas do tempo avariadas, cujas engrenagens já não produzem futuro, apenas inércia ou colapso. Epecuén materializou o cristal saturado, onde o excesso mineral travou o fluxo temporal, impedindo o esquecimento e condenando a vila persistir como fóssil de si mesma, uma *natureza-morta* em escala urbana. Cabeço, por sua vez, perfez o cristal em pura virtualidade – o anti-cristal –, onde a escassez de matéria sólida, retida barragem acima, inviabilizou a fixação da memória, fazendo a máquina rodar em falso e permitindo que o Oceano Atlântico ditasse seu ritmo de apagamento. Em ambos os cenários, a "duração" da natureza atropelou a cronologia linear humana, evidenciando que a distinção entre história social e tempo geológico tornou-se obsoleta.

Entretanto, é imperativo reconhecer que tais fenômenos não são acidentes fortuitos, mas sintomas do Capitaloceno. Tanto o canal que sentenciou Epecuén quanto a barragem que *esfomeou* o Rio São Francisco são obras de uma engenharia prometeica, desenhadas para impor uma produtividade artificial aos ciclos da terra. O que assistimos não é a vingança da natureza, mas a "indisciplina" de paisagens multiespécie que foram violentadas pela lógica da escalabilidade. O colapso de Cabeço, em particular, denuncia um *urbanicídio* lento e silencioso – a vila não morreu; ela foi assassinada pela interrupção metabólica de seu rio no altar da geração de energia.

Restam-nos, por fim, os *guardiões* dessas ruínas. De um lado, as árvores brancas e petrificadas da Argentina, espectros que se recusam a apodrecer; do outro, o farol inclinado do Brasil, um vértice cego que aponta para uma comunidade dissolvida. Essas imagens funcionam como alertas de um tempo em que a estabilidade do chão não é mais garantida. Se a modernidade prometeu o controle sobre o espaço e o tempo, Epecuén e Cabeço erguem-se como testemunho de sua falência. Elas nos ensinam que a memória da terra prevalece sobre a rigidez do concreto, e que, seja pela cristalização ou pela dissolução, a paisagem sempre acabará por afirmar o seu próprio *ritornelo*, seu “caminho de volta ao lugar original”.

Referências:

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERGSON, Henri. A natureza do tempo. In: BERGSON, Henri. **Duração e simultaneidade**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. Tradução de Maria Adriana Camargo Cappello. São Paulo: Edipro, 2020.

BERGSON, Henri. Introdução à Metafísica. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene Time. **History and Theory**. Middletown, v. 57, n. 1, pp. 5-32, 2021.
- COLTRO, Fábio Luiz Zanardi; BORINELLI, Benilson. Antropoceno e Capitaloceno: novas perspectivas, velhos combates. In: COSTA, Rogério Santos da; BORINELLI, Benilson (orgs.). **Debates Interdisciplinares XI**: desafios do Antropoceno. São Paulo: Editora Uniesp, 2018. pp. 157-175.
- COUTINHO, Naná. A lenda de Epecuén e o mistério das águas salgadas. **Lá Vai Naná**, 27 jan. 2015. Disponível em: <https://lavainana.com.br/a-lenda-de-epecuen-e-o-misterio-das-aguas-salgadas/>. Acesso em: 6 jul. 2025.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Pierre-Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Pierre-Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- DELEUZE, Gilles. **Cinema II: a imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DELEUZE, Gilles. O atual e o virtual. In: DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998. pp. 121-124.
- DELEUZE, Gilles. **Proust et les signes**. Paris: PUF, 1976.
- ETCHEVERS, Pablo. La leyenda del lago Epecuén. **Welcome Argentina**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.welcomeargentina.com/carhue/leyenda-lago-epecuen.html>. Acesso em: 6 jul. 2025.
- EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- GOMES, Irene. Mar invade o rio na foz do São Francisco. **Revista Retratos**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23353-mar-invade-o-rio-na-foz-do-sao-francisco>. Acesso em: 7 jul. 2025.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOTTOIS, Gilbert. **Simondon et la philosophie de la “culture technique”**. Bruxelas: De Boeck Université, 1993. (Le Point philosophique).

ISHISAKI, Bruno Yukio Meireles. Cristais de tempo e atos composicionais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 29., 2019, Pelotas. **Anais** [...]. Pelotas: ANPPOM, 2019. v. 1, pp. 1-9.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.

LICITRA, Josefina. Cidade submersa: a história do balneário argentino que desapareceu tragado pelas águas. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, n. 103, abr. 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/cidade-submersa/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

LIMA, Camila Santos de Figueiredo. **Do Cabeço ao Saramém**: um ensaio sobre degradação ambiental e economia da produção social em um município do baixo São Francisco sergipano. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

MARQUES, Silene Torres. **Bergson e Deleuze**: sobre o estatuto do presente e do passado. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

MESQUITA, João Lara. Vila do Cabeço, SE, tragada pela Usina Xingó: vitória na Justiça. **Mar Sem Fim**, 15 dez. 2024. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/vila-do-cabeco-se-tragada-pela-usina-xingo-vitoria-na-justica/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MONACHESI, Alejandra. Las inundaciones en el sudoeste de la provincia de Buenos Aires, Argentina: un problema de actores y estrategias. **Desastres y Sociedad**, Cidade do Panamá, v. 3, n. 5, 1995.

MONTEIRO, Felipe Violi; BORGES, William Antonio; GUEDES, Alexandre Marcelo Coutinho. O processo de (des)reterritorialização de três “flanelinhas” em Maringá-PR. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2018, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: SBEO, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE JR., José. **A cidade inexistente**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

SANTOS, Tarsila Costa Conrado dos. **Cartografia das imagens cristalinas em Gilles Deleuze**: tendências e texturas. 2018. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Wesley Alves dos. **A Barragem de Xingó e os impactos socioambientais no Baixo São Francisco Sergipano**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14369/2/WESLEY_ALVES_SANTOS.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

SEDREZ, Lise Fernanda; MIRAGLIA, Marina. A cidade perdida para as águas: o caso da Vila Epecuén na província de Buenos Aires, Argentina. **Esboços: histórias em contextos globais**,



Florianópolis, v. 20, n. 30, pp. 35-51, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2013v20n30p35>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SILVA, Maria Ester Martins. O tempo da consciência na filosofia bergsoniana: reflexões sobre a memória, o fluxo da vida interior e o ato de criação no pensar literário. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR, 16., 2022, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCAR, 2022. v. 16, pp. 97-106.

SIMONDON, Gilbert. **L'individuation psychique et collective**: à la lumière des notions de forme, information, potentiel et métaestabilité. Paris: Aubier, 1989.

SOUZA, Alice de. A luta por reparação de povoado que sumiu do mapa no Brasil. **Deutsche Welle**, 14 dez. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-luta-por-repara%C3%A7%C3%A3o-de-um-povoado-que-sumiu-do-mapa-no-brasil/a-71038909>. Acesso em: 7 jul. 2025.

TREVISAN, Ricardo. **Incorporação do ideário da Garden-City inglesa na urbanística moderna brasileira**: Águas de São Pedro. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

TSING, Anna. **Viver nas Ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TURIN, Rodrigo. A ‘catástrofe cósmica’ do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. **História do Tempo presente**: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV, 2022. pp. 141-163.

WEST, Stephen. Episode #126 - Gilles Deleuze pt. 2 – Immanence. **Philosophize This!**, 2018. Disponível em: <https://www.philosophizethis.org/transcript/episode-126-transcript>. Acesso em: 21 maio 2025.